ID: 53702649

02-05-2014

Tiragem: 34258
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 20
Cores: Cor
Área: 11,34 x 30,61 cm²
Corte: 1 de 1

DANIEL ROCHA

Presidente da APB preferia que houvesse um programa cautelar

# Faria de Oliveira diz que será possível renegociar a dívida

## Finnaças Públicas

**Presidente da Associação Portuguesa de Bancos afirma que Portugal poderá aumentar prazos de pagamento e descer juros**

O presidente da Associação Portuguesa de Bancos (APB) considera que Portugal terá condições de renegociar a dívida, aumentando prazos e baixando juros, mas que para isso terá de apresentar melhorias na economia e de consolidar as finanças públicas.

"Para pagar a dívida nas condições actuais temos de almejar um crescimento económico superior a 3% ao ano, acima do previsto para os próximos dois a três anos. Estou profundamente convicto de que, à medida que a economia portuguesa for progredindo e que a confiança na disciplina orçamental do país for sendo consolidada, vão seguramente ser criadas condições para ir revendo a nossa dívida, quer em termos de prazo, quer em termos de taxa de juro", disse Faria de Oliveira em entrevista à Lusa.

Para o presidente da associação que representa os principais bancos a operar em Portugal, a acontecer, a negociação deverá ser feita com os credores oficiais, União Europeia e Fundo Monetário Internacional (FMI). Já uma reestruturação da dívida está "completamente fora de causa", uma vez que, considera, Portugal está a passar por "uma das crises mais intensas dos últimos anos e isso seria absolutamente fatal" para o país. Sobre o tipo de saída de Portugal do programa de ajustamento, que será anunciada nos próximos dias pelo Governo, o ex-presidente da Caixa Geral de Depósitos (CGD) foi claro, assumindo que "preferia um programa cautelar".

Esse programa, justificou, seria uma "espécie de seguro", uma vez que "favorecia a taxa de juro" e protegia da "volatilidade dos mercados". Além disso, adiantou, tinha a vantagem de "exigir maior disciplina e de diminuir manifestamente o risco político", já que poderia ser exigido "o compromisso dos três partidos [PSD, PS e CDS]" no seu cumprimento. "Mas o programa cautelar não depende só de nós, depende de obtermos o acordo das instituições europeias e dos Estados-membros para que se concretize. Temos de encontrar aceitação do outro lado. [Porém,] admito perfeitamente que tenhamos uma saída simples ou quase simples", afirmou Faria de Oliveira.

Quanto ao futuro da economia portuguesa, o responsável sublinhou que deve haver "uma obsessão pelo crescimento económico" e que para isso é preciso captar investimento, seja nacional ou internacional, já que sem ele "não há futuro, não há emprego e diversificação do investimento produtivo". Outra prioridade deve ser "reforçar a resiliência das empresas", sobretudo das viradas para o mercado externo, para "terem capacidade de realizar novos investimentos".

Em terceiro, disse, é necessário "assegurar as questões de financiamento da economia". Mas para tal é necessário que, a par do contributo do sistema bancário, sejam encontradas outras formas de financiar as empresas, como o mercado de capitais ou sociedades de capital de risco.